Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Divulgação

7/2013

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Instrumento incompleto

"Agravado de Instrumento - Falta de Documentos Essenciais - Considerando que destes autos não constam cópias dos documentos essenciais para instruir o agravo como: laudo pericial, esclarecimentos periciais, documentos juntados com a inicial e defesa, e citados pelas razões de apelo, não existe o que apreciar, pois faltam elementos imprescindíveis para a viabilizada da apreciação das razões recursais." (TRT/SP - 00028081520105020044 - AIRO - Ac. 3ªT [20130025806](#) - Rel. THEREZA CHRISTINA NAHAS - DOE 01/02/2013)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Efeitos

ASSUNTO(S) CNJ 8843 - Assistência Judiciária Gratuita Honorários periciais. Justiça Gratuita. O benefício da justiça gratuita estende-se também aos honorários periciais, nos termos do artigo 790-B da CLT, artigo 3º e seguintes da Resolução nº 35/2007 do Conselho Superior de Justiça do Trabalho e artigo 141 do Provimento GP/CR 13/2006 (Consolidação das Normas da Corregedoria), devendo o pagamento do Sr. Perito ser efetuado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Recurso provido, no pertinente. (TRT/SP - 01847008020085020057 - RO - Ac. 3ªT [20130025687](#) - Rel. MARGOTH GIACOMAZZI MARTINS - DOE 01/02/2013)

AVISO PRÉVIO

Cálculo

PEDIDO DE DEMISSÃO. AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL. INAPLICÁVEL. O aviso prévio proporcional não é aplicável aos empregados em seus pedidos de demissão, eis que o caput e inciso XXI do artigo 7º da Constituição Federal conferem o direito ao aviso prévio proporcional "aos trabalhadores urbanos e rurais" e não aos empregadores. Devida a multa por atraso na quitação das rescisórias, pagas após os 30 dias do aviso prévio. Sentença mantida. (TRT/SP - 00001887320125020492 - RO - Ac. 4ªT [20130019881](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 01/02/2013)

Contribuição previdenciária e FGTS. Incidência

1) CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INCIDÊNCIA SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO - IMPROPRIEDADE. Nos termos do artigo 28, da Lei nº 8.212/91, apenas sobre a remuneração pelo trabalho prestado pode incidir a parcela social. Se outra fosse a intenção do legislador, teria inserido no caput todas as demais hipóteses de repercussão. Não o fez. Assim, o aviso prévio, que visa indenizar o empregado em razão da brusca ruptura contratual, preparando-o para os infortúnios decorrentes da recolocação no mercado de trabalho, não está sujeito à incidência da contribuição previdenciária. 2) CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - FATO GERADOR - SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO OU HOMOLOGAÇÃO DO

ACORDO. O crédito previdenciário, nas ações trabalhistas, se constitui e tem como fato gerador a própria sentença, tornando-se devido após a liquidação da dívida ou homologação do acordo em face dos efeitos anexos ou secundários do julgado. (TRT/SP - 00437009220085020251 - AP - Ac. 8ªT [20130037898](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 01/02/2013)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FIXAÇÃO DO VALOR. Muito embora ainda não haja parâmetros normativos para a estipulação do valor da indenização do dano moral, é certo que doutrina e jurisprudência já assentaram certos pontos a nortear a dosimetria dessa indenização, como as peculiaridades do acidente ou da doença ocupacional, a gravidade dos efeitos para a vítima, o sofrimento por ela experimentado, o grau de culpa do empregador, mas sempre tendo em mente que o valor arbitrado não tem como objetivo servir de enriquecimento para aquela e de ruína para este. Aplicação do artigo 944 do Código Civil. (TRT/SP - 02736008420055020076 (02736200507602003) - RO - Ac. 3ªT [20130025008](#) - Rel. MÉRCIA TOMAZINHO - DOE 01/02/2013)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Sentença. Omissão

Omissão. Caracterizada. Constata-se a alegada omissão no acórdão, tratando-se dos casos previstos para interposição de embargos de declaração, na forma do artigo 897-A, da CLT e art. 535, do CPC. (TRT/SP - 00022193420105020008 - RO - Ac. 3ªT [20130028538](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD - DOE 01/02/2013)

ENTIDADES ESTATAIS

Privilégios. Em geral

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ESCLARECIMENTOS. Nos termos do entendimento do Tribunal Pleno do TST, consubstanciado na nova redação dada à Orientação Jurisprudencial 7, são aplicáveis, nas condenações impostas à Fazenda Pública, os juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, a partir de setembro de 2001 a junho de 2009, conforme determina o art. 1º -F da Lei 9.949/97, e a partir de 30 de junho de 2009, atualizam-se os débitos trabalhistas da Fazenda Pública, mediante a incidência dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, por força do art. 5º da Lei nº 11.960/09 que alterou a redação do art. 1º-F da Lei 9.494/97. Embargos acolhidos para prestar esclarecimentos. (TRT/SP - 00012241220105020302 - RO - Ac. 3ªT [20130028554](#) - Rel. MARIA DORALICE NOVAES - DOE 01/02/2013)

EXECUÇÃO

Arrematação

ARREMATAÇÃO DE IMÓVEL DA RECLAMADA EM PROCESSO FALIMENTAR. AUSÊNCIA DE SUCESSÃO TRABALHISTA. A arrematação de bem imóvel em processo falimentar não implica, na hipótese, sucessão trabalhista nos moldes dos arts. 10 e 448 da CLT, conforme inteligência que se extrai do disposto no art. 141, II, da Lei nº 11.101/2005, porquanto o adquirente arrematou judicialmente imóvel de propriedade da reclamada em legítima aquisição originária, sem fundo de

comércio, livre e desimpedido de bens, não podendo ser declarado sucessor da falida. (TRT/SP - 00006799420115020046 - RO - Ac. 17ªT [20130017927](#) - Rel. ALVARO ALVES NÔGA - DOE 28/01/2013)

Legitimação passiva. Em geral

LEGITIMIDADE DE PARTE. Para se conferir a legitimidade de parte para estar no pólo passivo da ação basta a afirmação do autor de que aquele que aponta no pólo passivo é parte na relação contratual invocada. Verifica-se a legitimidade para a ação, pela coincidência entre o titular do direito material e o titular do direito de ação. E a legitimidade para o processo, pela coincidência entre o titular do direito de ação e aquele que está autorizado por lei a fazer parte da relação jurídica processual. (TRT/SP - 00001019820115020251 - RO - Ac. 3ªT [20130025768](#) - Rel. THEREZA CHRISTINA NAHAS - DOE 01/02/2013)

FALÊNCIA

Execução. Prosseguimento

Falência. Responsabilidade subsidiária. Decretada a falência do devedor principal, legítimo é o prosseguimento da execução em face do responsável subsidiário. Aplicação analógica do art. 828, III do Código Civil. (TRT/SP - 00249002820075020032 - AP - Ac. 1ªT [20130024729](#) - Rel. WILSON FERNANDES - DOE 01/02/2013)

HONORÁRIOS

Advogado

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REQUISITOS. A previsão constitucional de indispensabilidade do advogado à administração da Justiça não alterou a sistemática do processo do trabalho, onde os honorários de advogado não são devidos apenas em razão da sucumbência, devendo ser atendidos os requisitos do artigo 14, parágrafo 1º, da Lei nº 5.584/70. Aplicação do entendimento jurisprudencial consagrado nas Súmulas 219 e 329 do TST. Se o reclamante não se encontra assistido por advogado de sua entidade sindical, por certo não preencheu os requisitos legais e não faz jus à pretensão. (TRT/SP - 00014711720105020391 - RO - Ac. 3ªT [20130025024](#) - Rel. MÉRCIA TOMAZINHO - DOE 01/02/2013)

HORAS EXTRAS

Trabalho externo

HORAS EXTRAS x ARTIGO 62, I, DA CLT. O fato de o empregado prestar serviços em atividade externa, por si só, não inviabiliza o controle de jornada. Porém, para o deferimento de horas extras, compete a parte demonstrar o trabalho em sobrejornada. Aplicação do art. 818, da CLT c/c art. 333, inciso I, do CPC. (TRT/SP - 00018197620105020442 - RO - Ac. 3ªT [20130025776](#) - Rel. THEREZA CHRISTINA NAHAS - DOE 01/02/2013)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Configuração

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. EM GRAU MÁXIMO. LIMPEZA DE GALERIA, BUEIRO E, VALETAS EM VIAS PÚBLICAS URBANAS. AMBIENTE INSALUBRE CONFIGURADO. Realizada a perícia técnica, constatou-se pelo Sr. Experto

Judicial às fls. 42, que o reclamante labora em favor do reclamado desde 04/07/2000, em caráter itinerante, em logradouros públicos de vários bairros do Município de Mogi das Cruzes, na execução de tarefas de limpeza de córregos, valetas e bueiros, limpando e/ou retirando com auxílio de rasteiro, enxada e pá, todo tipo de material, tais como pneus, objetos/pedaços de madeira, de plásticos e de tecidos, entulhos, mato/capim das margens, sacos plásticos, contendo lixo doméstico, animais mortos em decomposição, entre outros. Que os referidos detritos são removidos em meio a águas de redes de esgotos residenciais e colocados na carroceria do caminhão para posterior descarte em local pré-estabelecido. Constatou o Sr. Perito Judicial, ainda, que o reclamado forneceu EPI's devidamente certificados ao reclamante, quais sejam: calçados de segurança com biqueira de aço, luvas de raspa, jaleco, boné de tecido, luvas de malha emborrachadas, capa para chuva, respirador descartável, botas de PVC cano médio e cano alto e creme protetor solar. (fls.43) Porém, não há prova nos autos de que o reclamado tenha realizado fiscalização e treinamento periódico do uso adequado dos EPI's, além de que, o reclamado, também não comprovou que os EPI's fornecidos efetivamente neutralizaram os agentes nocivos. Concluiu, por fim, o Sr. Expert Judicial às fls. 46, que "as atividades desenvolvidas pelo reclamante eram insalubres, por agentes biológicos, em grau máximo, de acordo com a NR-15, Anexo 14(agentes biológicos), da Portaria 3.214/78 do MTb", face ao contato permanente com esgoto, galerias e tanques. (TRT/SP - 00009509220115020373 - RO - Ac. 4ªT [20130022505](#) - Rel. PATRICIA THEREZINHA DE TOLEDO - DOE 01/02/2013)

JORNADA

Intervalo violado

INTERVALO INTRAJORNADA. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO DO INTERVALO EM CONTROLES DE FREQUÊNCIA. DEVIDA UMA HORA EXTRA. ART. 71, parágrafo 4º, DA CLT. Compulsando os controles de frequência encartados pela empregadora no Volume de Documentos, constato que não há anotações de intervalo para refeição e descanso, somente com este fato já autoriza a presunção da veracidade das assertivas iniciais (artigo 74, parágrafo 2º, da CLT). Dessa forma, presumo verossímil o teor do depoimento pessoal de fls. 171. Pelo que, no período de 02/06/2006 a 05/01/2009, o reclamante faz jus à uma hora extra por dia trabalhado (e adicional noturno - artigo 73 da CLT), à luz do artigo 71, "caput" e parágrafo 4º, da CLT, face à supressão parcial ou total de intervalo para refeição e descanso, conforme narrado supra e os termos da Orientação Jurisprudencial nº 307 da SDI-I do C.TST, devendo acrescer adicional normativo (cláusula 19ª da CCT) de 60% (2ª-feira a sábado) e de 100%(domingo e feriado), observados os dias efetivamente trabalhados, divisor de 220 horas, e, progressão/evolução/globalidade salarial do(a) reclamante(Súmula 264 do C.TST). Por habitual, faz jus ao reflexo em aviso prévio indenizado, d.s.r., 13º salário, férias mais 1/3, FGTS e multa de 40%, conforme a Orientação Jurisprudencial nº 354 da SDI-I do C.TST, dada a natureza salarial do título, e, inteligência da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SDI-I do C.TST. ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO DE HORA NOTURNA. SÚMULA 60, II, DO C.TST. Evidenciado nos autos que a empregadora não pagava adicional noturno sobre as horas noturnas prorrogadas, a teor da Súmula 60, II, do C. TST. Pelo que o reclamante faz jus à diferença de adicional noturno, e, reflexo em aviso prévio indenizado, d.s.r., 13º salário, férias mais 1/3, FGTS e multa de 40%. (TRT/SP -

00000073220115020064 - RO - Ac. 4ªT [20130022513](#) - Rel. PATRICIA THEREZINHA DE TOLEDO - DOE 01/02/2013)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONFIGURAÇÃO. A tomadora responde, no caso, por via de subsidiariedade, pela culpa in vigilando e in eligendo, porque: 1) foi beneficiária do trabalho prestado pela reclamante; 2) os direitos reconhecidos tiveram origem no curso do contrato de trabalho; 3) cabia a ela zelar pela contratação de empresa idônea e cumpridora da lei; 4) o descumprimento das obrigações legais pela terceirizada evidencia a ausência de fiscalização pela tomadora, que assim, deve arcar com o risco inerente à modalidade de pactuação pela qual optou. Incidência da Súmula 331 do C.TST. Sentença mantida. (TRT/SP - 00016803920105020050 - RO - Ac. 4ªT [20130019865](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 01/02/2013)

MULTA

Multa do Artigo 477 da CLT

Ausência de assistência sindical. Pagamento a menor. Irregularidade da rescisão. Multa do artigo 477, parágrafo 8º, devida. A assistência do sindicato profissional é indispensável para garantir a correção do pagamento das verbas rescisórias, não se tratando de mera formalidade que possa ser desprezada pela empregadora. Se a ausência de sujeição da rescisão ao ente sindical deu origem à sonegação de direitos trabalhistas que deveriam ter sido quitados no prazo estipulado pelo artigo 477, parágrafo 6º, CLT, é devida a multa imposta pelo parágrafo 8º do mesmo artigo. (TRT/SP - 00010097020115020441 - RO - Ac. 4ªT [20130022939](#) - Rel. PAULO SÉRGIO JAKUTIS - DOE 01/02/2013)

NORMA JURÍDICA

Interpretação

Incidente de Uniformização de Jurisprudência. Não comprovados os requisitos exigíveis para configuração do incidente de uniformização de Jurisprudência. Rejeito - art.125, do Regimento Interno desta Corte. (TRT/SP - 01692004519995020006 - AP - Ac. 3ªT [20130028872](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD - DOE 01/02/2013)

PRESCRIÇÃO

Acidente do trabalho

PRESCRIÇÃO. ACIDENTE DO TRABALHO. TERMO INICIAL. A "actio nata" não é a data do acidente, e, sim, o momento em que o trabalhador tem ciência "inequívoca" de sua incapacidade laborativa. Inteligência da Súmula 278 do C. STJ (TRT/SP - 01133008420095020052 - RO - Ac. 17ªT [20130033698](#) - Rel. ALVARO ALVES NÔGA - DOE 01/02/2013)

Prazo

PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.Quanto à prescrição decretada no verso de fls. 93 da sentença, sob o título de "VERBAS DO PERÍODO SEM REGISTRO", razão assiste ao autor, eis que 13º salário de 2006, torna-se exigível somente em 11/2006 e 12/2006 e as férias mais 1/3 do período aquisitivo de 03/12/2005 a

02/12/2006, torna-se exigíveis somente a partir de 03/12/2006, portanto, não foram fulminados pela prescrição. Sendo assim, somente os títulos havidos(e/ou exigíveis) anteriores a 29/07/2006 estão prescritos. DESCONTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS. FATO GERADOR. MOMENTO EXIGÍVEL. A empregadora deverá comprovar os recolhimentos fiscais (observado o regime de competência) e previdenciários (pelo regime de caixa), autorizando-se os descontos cabíveis do crédito do trabalhador, conforme o limite de sua responsabilidade, em conformidade com a Súmula 368 do C. TST c/c as normas específicas das referidas exações em vigor, a exemplo do IN 1127/11. Portanto, o fato gerador da contribuição previdenciária é o acordo ou a sentença condenatória, quando houve efetiva constituição do crédito trabalhista, que se revela como hipótese de incidência do tributo previdenciário, com a determinação de recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre as parcelas de condenação ou acordo que as tornaram exigíveis, aplicando-se o regime de caixa (a partir da constituição do crédito) e não o regime de competência (a partir da vigência da relação laboral). (TRT/SP - 00014797820115020384 - RO - Ac. 4ªT [20130022726](#) - Rel. PATRICIA THEREZINHA DE TOLEDO - DOE 01/02/2013)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Recurso do INSS

ACORDO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS EM DISSINTONIA COM A PROPORCIONALIDADE QUE EMERGE DA SENTENÇA - INVALIDADE. O acordo após o trânsito em julgado da sentença não prejudica os créditos da União. A discriminação das verbas deve respeitar os parâmetros definidos pela decisão judicial. Os valores nominais inicialmente definidos pela sentença de liquidação não vinculam as partes com relação aos recolhimentos previdenciários, mas as contribuições sociais devem ter como referência o valor efetivamente recebido e a proporcionalidade que emerge da sentença. Agravo de petição da União parcialmente provido. (TRT/SP - 01983002420045020021 - AP - Ac. 8ªT [20130037901](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 01/02/2013)

Salário de contribuição

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. FATO GERADOR. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. JUROS E MULTA. O pagamento de verbas salariais reconhecidas através de sentença judicial ou a realização do acordo, contendo parcelas que integram o salário de contribuição, constituem o fato gerador da contribuição previdenciária, não se sujeitando as parcelas salariais deferidas à incidência de atualização monetária, juros e multa desde a prestação de serviços, conforme disposto nos artigos 195, I, a, da Constituição Federal e 43, parágrafo 1º, da Lei nº 8.212/91, bem como no entendimento cristalizado no item nº I da Súmula nº 368 do TST. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 03867006220065020082 - RO - Ac. 8ªT [20130038819](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 01/02/2013)

PROMOÇÃO

Antiguidade

Promoção por antiguidade. Condições subjetivas impostas pelo empregador. Boa-fé objetiva. Progressão devida. A vinculação da promoção por antiguidade ao arbítrio exclusivo da deliberação da diretoria é ilegal, nos termos da OJ Transitória

71 da SDI-1, pois condiciona a implementação da progressão por antiguidade a um critério de concessão eminentemente subjetivo. Trata-se, inclusive, de impor a aplicação do princípio da boa-fé objetiva no contrato de trabalho, conforme a previsão do artigo 129, CCB. (TRT/SP - 00017272220115020068 - RO - Ac. 4ªT [20130022920](#) - Rel. PAULO SÉRGIO JAKUTIS - DOE 01/02/2013)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Configuração

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CAMPANHAS ELEITORAIS. Inocorrência. Nos termos do art. 100 da Lei nº 9.504/97, a contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratantes. Ausentes os requisitos da relação de emprego. (TRT/SP - 00013771920115020461 - RO - Ac. 17ªT [20130017889](#) - Rel. ALVARO ALVES NÔGA - DOE 28/01/2013)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

1) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO IRREGULAR E/OU FISCALIZAÇÃO INEFICIENTE - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Responde a Administração Pública pelos haveres trabalhistas inadimplidos pela prestadora de serviços, de forma subsidiária, quando a contratação da empresa interposta não atender à forma prevista na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como, na hipótese de não proceder à correta fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais pela prestadora de serviços para com seus empregados. Nesta segunda situação, a responsabilização emana do dever imposto por lei ao ente público para fiscalização da execução do contrato de prestação de serviços, inclusive com o encargo de apontar ao contratado as faltas constatadas e as medidas necessárias para sua regularização (artigo 67, da Lei nº 8.666/93). Inteligência do item V, da Súmula nº 331, do TST. Recurso do reclamante provido. 2) INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS NO REPOUSO REMUNERADO - REPERCUSSÃO NAS DEMAIS VERBAS CONTRATUAIS - IMPROPRIEDADE. Indevida a repercussão dos dsr's enriquecidos das horas extras nas férias, gratificações natalinas, aviso prévio e recolhimentos fundiários do trabalhador mensalista, por caracterizar-se "bis in idem", tendo em vista que as horas extras já incidiram nessas verbas. Inteligência da Orientação Jurisprudencial SDI-I nº 394, do TST. (TRT/SP - 02137008720095020317 - RO - Ac. 8ªT [20130037855](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 01/02/2013)

SALÁRIO-FAMÍLIA

Exigibilidade

SALÁRIO-FAMÍLIA. O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.213/91. Improcede o pleito de salário-família (TRT/SP - 00006842120115020013 - RO - Ac. 17ªT [20130017978](#) - Rel. ALVARO ALVES NÔGA - DOE 28/01/2013)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Salário

SEXTA PARTE - EMPREGADO CELETISTA - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. A recorrida (EMAE - Empresa Metropolitana de Água e Energia) é uma sociedade de economia mista que integra a Administração Indireta. O artigo 124 da Constituição Estadual, que principia o Capítulo sobre os Servidores Públicos do Estado e a Seção dos Servidores Públicos Cíveis, estabelece que os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público terão regime jurídico único e planos de carreira. Por sua vez, o artigo 129 da Constituição Estadual, incluído no citado Capítulo, previu o direito ao adicional denominado sexta parte e assim o fez exclusivamente para os servidores da administração direta, autárquica e das fundações estaduais, nos moldes do que está previsto no artigo 124 da Carta Estadual, não incluindo os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta, sendo que entre estas últimas está incluída a recorrida. (TRT/SP - 01128005220085020052 (01128200805202004) - RO - Ac. 3ªT [20130025016](#) - Rel. MÉRCIA TOMAZINHO - DOE 01/02/2013)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Representação da categoria e individual. Substituição processual

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. PLEITO DE HORAS EXTRAS E REFLEXOS. DIREITOS DIVISÍVEIS E NÃO HOMOGÊNEOS. IMPROPRIEDADE DA AÇÃO COLETIVA. Embora individuais e indisponíveis, não são homogêneos os direitos vindicados nesta ação coletiva em que a Federação age como substituta processual dos trabalhadores da reclamada, vez que a prestação de serviços dá-se de forma variada de trabalhador para trabalhador, refletindo condições personalíssimas de trabalho. Esta circunstância é óbice incontornável, a tornar inviável o pleito amalgamado de horas extras e respectivos reflexos, posto que constituem direitos distintos e divisíveis por natureza, e cuja instrução probatória e garantia de defesa e contraditório, bem como a detida análise e eventual apuração, deve ser feita caso a caso, fugindo, pois, a abrangência da presente ação coletiva. Com efeito, a dificuldade de instrução e julgamento das pretensões, em face da coletividade de trabalhadores envolvidos, bem como a diversidade de condições de trabalho de cada qual, desaconselha, in casu, a medida eleita. Mesmo os pleitos de condenação em obrigação de fazer não assumem caráter homogêneo na hipótese, pelos motivos já aludidos, eis que a diversidade de trabalhadores e condições de trabalho impossibilitam a defesa, produção de provas e, quiçá, até mesmo, eventual cumprimento de decisão que possa ser favorável à acionante. Esses direitos deverão ser objeto de ações individuais próprias, de acordo com o interesse de cada um dos envolvidos, segundo o livre exercício do direito de ação. Recurso ao qual por maioria de votos se nega provimento. (TRT/SP - 00015682120115020055 - RO - Ac. 4ªT [20130023919](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 01/02/2013)